

A SEMANA – 219*

9 de agosto de 1896

Quando se julgarem os tempos, a semana que passou apresentará ao Senhor uma bela fé de ofício e verá o seu nome inscrito entre as melhores deste ano.

– E tu que fizeste?

– Senhor, eu creio haver ganho um bom lugar. Os meus acontecimentos não foram todos da mesma espécie, nem podiam sê-lo, mas foram todos importantes e graves. Antes de tudo, embora não vá por ordem cronológica, a Inglaterra devolveu a ilha da Trindade ao Brasil.¹ Esta ilha foi um dia tomada por ingleses, ao que dizem para estação de um cabo telegráfico. Os brasileiros tiveram a notícia pelos jornais, quando a ocupação durava já meses e o chefe do gabinete inglês que havia presidido à captura já estava descansando dos trabalhos e outro chefe havia subido ao poder. Nestas coisas de ilhas capturadas, os gabinetes são solidários, e Salisbury acompanhou Rosebery, como se não fossem adversários políticos.² Os brasileiros, porém, sentiram a dor do ato, e assim o clamaram pela boca legislativa e pela boca executiva, pela boca da imprensa e pela boca popular, com tal unanimidade que produzia um belo coro patriótico. Então Portugal, que conhecia os antecedentes da ilha,³ interveio na contenda,⁴ deu à Grã-Bretanha as razões pelas quais a ilha era brasileira, só brasileira. É preciso confessar que a velha Inglaterra conhece

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XXII, n. 222, p. 1, 9 ago. 1896), SEMMA (p. 338-343) e SEM1953 (v. 3, p. 244-250). Texto-base: GN. Editor: Gilson Santos. Revisor: José Américo Miranda.

¹ A ilha da Trindade localiza-se a cerca de 1150 quilômetros da costa do Espírito Santo. A disputa entre Inglaterra e Brasil (Portugal no período colonial) pela posse da ilha era antiga, e ficou resolvida no final do século XIX. Mais informações sobre a questão da ilha da Trindade, ver GLEDSON, *Machadiana Eletrônica* (v. 4, n. 8, p. 182-183, nota 10, jul.-dez. 2021). Ver ilustração ao final desta crônica.

² Archibald Primrose, Earl of Rosebery (1847-1929) era liberal e foi primeiro-ministro britânico entre 10 de março de 1894 e 22 de junho de 1895. Robert Gascoyne-Cecil, 3rd Marquess of Salisbury (1830-1903), conservador, foi primeiro-ministro em 1885-1886, 1886-1892 e 1895-1902. Sobre Rosebery, ver GLEDSON, *Machadiana Eletrônica* (v. 1, n. 2, p. 151, nota 4, jul.-dez. 2018); sobre Salisbury, ver: <<https://www.gov.uk/government/history/past-prime-ministers/robert-gascoyne-cecil>>.

³ ilha,] ilha – em SEM1953.

⁴ Portugal viabilizou a solução do conflito anglo-brasileiro; segundo John Gledson (*Machadiana Eletrônica*, v. 4, n. 8, p. 182-183, nota 10, jul.-dez. 2021), o conflito seria resolvido “a favor do Brasil, com a mediação de Portugal, em 1897.”

muito bem história e geografia, que são professadas nas suas universidades com grande apuro; mas há casos em que o melhor é meter estas duas disciplinas no bolso e ir estudá-las nas universidades estrangeiras. Foi o que sucedeu; Coimbra ensinou a Cambridge, e Cambridge achou que era assim, que a ilha era realmente brasileira, e mandou corrigir as cartas da edição Rosebery, onde a ilha da Trindade era uma estação telegráfica de sir John Pender.⁵

– Então tudo acabou em paz?

– Plena paz.

– Conquanto se trate de hereges, quero louvá-los pelo ato de restituir o seu a seu dono. Que mais houve, semana?

– Senhor, houve uns presentes de ouro e prata, tinteiros, canetas, penas, ofertados pelos jurados da 7ª sessão ordinária de 1896 do Rio de Janeiro ao juiz e aos promotores em sinal de estima, alta consideração e *gratidão pelas maneiras delicadas com que foram tratados durante toda a sessão*. O escrivão recebeu por igual motivo uma piteira de âmbar. Este ato em si mesmo, é quase vulgar; mas o que ele significa é muito. Significa um imenso progresso nos costumes daquele país. O júri é instituição antiga no Brasil. É serviço gratuito e obrigatório; todos têm que deixar os negócios para ir julgar os seus pares, sob pena de multa de vinte mil-réis por dia. Se fosse só isso, era dever que todo cidadão cumpriria de boa vontade; mas havia mais. As maneiras descorteses, duras e brutais com que eram tratados pelos magistrados e advogados não têm descrição possível.

Nos primeiros anos os jurados eram recebidos a pau, à porta do antigo aljube, por um meirinho: as sentenças produziam sempre contra eles alguma coisa, porque, se absolviam o réu ou minoravam a pena, os magistrados quebravam-lhes a cara; se, ao contrário, condenavam o réu, os advogados davam-lhes pontapés e murros. Entre muitos casos que se podiam escrever e são ali conhecidos de toda a gente, figura o que sucedeu em março ou abril de 1877. Havia um jurado que, pelo tamanho, era quase menino. Além de pequeno, magro; além de magro, doente. Pois os promotores, o juiz, o escrivão e os advogados, antes de começar a audiência, divertiram-se em fazer dele peteca. O pobrezinho ia das mãos de uns para as dos outros, no meio de grandes risadas. Os outros jurados, em vez de acudir em defesa do colega, riram também por medo e por adulação. O infeliz saiu deitando sangue pela boca. Pequenas coisas, cacholetas, respostas de desprezo, piparotes eram comuns. Alguns magistrados mais dados à chalaça puxavam-lhe o nariz ou faziam-lhe caretas. Um velho promotor tinha de costume, quando adivinhava o voto de algum deles, apontá-lo com o dedo, no meio do

⁵ John Pender (1816-1896), político inglês e presidente da *Brazilian Submarine Telegraph Company*. Pender foi responsável pela instalação da primeira linha telegráfica conectando o Brasil à Europa, após obter concessão de d. Pedro II, em 1872.

discurso, interrogando: “Será isto entendido por aquela besta de óculos que olha para mim?” Muitas vezes o juiz lia primeiramente para si as respostas do conselho de jurados e, se elas eram favoráveis ao réu, dizia antes de começar a lê-las em voz alta: “Vou ler agora a lista das patadas que deram os Srs. juízes de fato.” No meio da polidez geral do povo, esta exceção do juiz enchia a muita gente de piedade e de indignação; mas ninguém ousava propor uma reforma de costumes...

– Fraqueza de ânimo; os maus costumes reformam-se.

– Uma era nova começou em 1883;⁶ já então os jurados recebiam poucos cascudos e eram chamados apenas camelórios. Anos depois, em 1887, houve certo escândalo por uma tentativa de reação dos costumes antigos. A um dos jurados mandou pôr o juiz uma cabeça de burro. Era muito bem-feita a cabeça; dois buracos serviam aos olhos e por um mecanismo engenhoso o homem abanava as orelhas de quando em quando, como se enxotasse moscas. Apesar do escândalo, a cabeça ainda foi empregada nos quatro anos posteriores. No fim de 1892 sentiu-se notável mudança nas maneiras dos juízes e promotores. Já alguns destes tiravam o chapéu aos jurados. Em setembro de 1893 apenas se ouviu a um daqueles dizer a um jurado que lhe perguntava pela saúde: “Passa fora!” Mas, pouco a pouco, as palavras grosseiras e gestos atrevidos foram acabando. Em 1895, havia apenas indiferença; em 1896, os jurados da 7ª sessão reconheceram que a polidez reinava enfim no tribunal popular. O entusiasmo desta vitória, alcançada por uma longa paciência, explica os presentes de ouro e prata. Eles marcam na civilização judiciária daquele país uma data memorável. Por isso é que me encho de orgulho.⁷

– E há grandes mortos?⁸

– Não tive nenhum. Um só morto, não grande, mas digno de apreço, de afeto e de pesar, um pobre jornalista que acabou com a pena na mão. Quem o conheceu na mocidade não podia antever a triste vida nem a triste morte. O pai, diretor do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, foi uma grande força no seu tempo. Conta-se que podia quanto queria; mas a morte acabou com a força, e o filho teve de buscar em si mesmo,

⁶ A palavra “nova” e a data – “1883” – não estão plenamente legíveis na *Gazeta*; consultamos a lição de Aurélio Buarque de Holanda.

⁷ Pelas datas citadas pelo cronista, parece que os fatos relatados da história do tribunal do júri no Brasil são verídicos. Não conseguimos localizar as fontes das informações; encontramos apenas referência genérica à “decadência” dessa instituição, em matéria intitulada “Pela justiça”, sobre as más condições do prédio em que funcionava o tribunal do júri do Rio de Janeiro: “O júri constitui, não há negar, uma instituição condenada, e a decadência a que ele atingiu em nosso país é o mais palpável argumento dessa asserção; mas enquanto tal sistema de julgamento fizer parte integrante do nosso estatuto fundamental, torna-se necessário que se olhe seriamente para a manutenção desse mecanismo judiciário, e deixá-lo funcionar nas condições em que se acha, inteiramente entregue ao abandono e às contingências de uma má colocação, será o inevitável e perigoso agravo da situação, em detrimento dos créditos da forma dispositiva judiciária de um país civilizado.” (*Gazeta de Notícias*, ano XXII, n. 217, p. 1, col. 4, 4 ago. 1896)

⁸ – E há grandes mortos? – E a grandes mortos? – em GN. Aurélio Buarque de Holanda (1953, v. 3, p. 249), anotou: “Na *Gazeta de Notícias* vem, por descuido da revisão: ‘– E a grandes mortos?’ Pode o *a* estar em lugar de *há*, ou pode ter sido omitida, antes dele, a palavra *quanto*.” Acolhemos a correção de Aurélio, que, aliás, já havia sido feita por Mário de Alencar.

não no nome, o trabalho necessário. Não fez outra coisa durante a vida inteira; trabalhou no jornal e no teatro, fez rir, e de quantas risadas provocou, muitas acabaram antes pela careta da morte, outras esqueceram talvez o autor delas; pobre Augusto de Castro!⁹ Era em seu tempo um *dandy*.¹⁰ Se pudesse adivinhar o que sucederia depois! Senhor, o que eu achei e deixei na terra foi a saudade do passado e o gozo do presente; muitos gemem o que foi, todos saboreiam o que é, raros cuidam do que será. Um clássico português (e aquele finado apreciava os clássicos da sua língua) escreveu que era provérbio ou dito alheio – não me lembra bem – que os italianos se governam pelo passado, os franceses pelo presente e os espanhóis pelo que há de vir. E acrescenta o clássico: “Aqui quisera eu dar uma repreensão de pena à nossa¹¹ Espanha...”¹² Repreensão por quê, Senhor? Eu creio que o mal é não cuidar no dia seguinte.

– Estás enganada, oh! muito enganada! Cuidar no dia seguinte é uma coisa; mas governar-se pelo que há de vir! Eu deixei aos homens o presente, que é necessário à vida, e o passado, que é preciso ao coração. O futuro é meu. Que sabe um tempo de outro tempo? Que semana pode adivinhar a semana seguinte?



⁹ Augusto de Carioca de Castro (1833-1896), foi redator do “*Jornal do Commercio, da Semana Ilustrada*, onde foi colega de Machado e da *Vida Fluminense*, na qual publicava as popularíssimas *Cartas de um caipira*. Escreveu para o teatro e Machado elogiou-lhe as peças *A ninhada do meu sogro* (*O futuro*, 15 de abril de 1863) e *Por um óculo*, uma comédia divertida e fácil, com ‘diálogo natural, vivo, animado’ (*Diário do Rio de Janeiro*, 20 de junho de 1864).” (MACHADO, 2021, p. 124-125) Era filho de Manuel Moreira de Castro, que foi redator-chefe do *Jornal do Commercio*. (SOUSA, 1960, v. II, p. 167-168)

¹⁰ *dandy*] dândi – em SEM1953.

¹¹ nossa] nova – em GN, em SEMMA e em SEM1953. Provável erro de revisão: “nova” deve estar em lugar de “nossa”, que se encontra em João de Barros (1628, “Prólogo”, p. 2).

¹² O cronista cita passagem do “Prólogo” (p. 2) da *Década terceira da Ásia*, de João de Barros (1628). Raimundo Magalhães Júnior, em *Ideias e imagens de Machado de Assis* (1956, p. 157-158), registra a citação com a entrada lexical “Passado, presente e futuro”. Machado de Assis cita essa mesma passagem em “A Semana – 56”, crônica de 14 de maio de 1893. (ASSIS, 1996, p. 240) Esse “provérbio” se encontra, também, nas “Notas de Leitura”, de Machado de Assis, publicadas na *Machadiana Eletrônica* (v. 4, n. 7, p. 41 e p. 97, jan.-jun. 2021).

Referências

ASSIS, Machado de. A Semana. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 222, p. 1, 09 ago. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=14697>.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Edição coligida por Mário de Alencar. Rio de Janeiro: Garnier, 1922.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Revisão crítica e notas de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Jackson, 1953. v. 3 (1895-1900).

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. (Org.) Aloizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloísa Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008. 4v.

ASSIS, Machado de. A Semana. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/867>>.

ASSIS, Machado de. A Semana. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/993>>.

BARROS, João de. *Década terceira da Ásia*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1628.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, Ubiratan. *Dicionário de Machado de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2021.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Ideias e imagens de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

SOUSA, José Galante de. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960. 2v.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.